

## A CRISE DOS PARADIGMAS E O PODER DOS OPRIMIDOS

*Valter de Almeida Freitas\**

Neste artigo temos o propósito de resgatar a discussão sobre o processo de produção do conhecimento, com relação às ações realizadas pelos trabalhadores e suas organizações num esforço histórico para conquistar o Estado e edificar o seu poder. Estamos nos dispondo a analisar o papel desempenhado principalmente pelos Partidos Comunistas (PCs) na elaboração das táticas e estratégias de intervenção dos trabalhadores. Analisaremos a forma como as decisões foram tomadas pelas instâncias partidárias e as relações que elas estabeleceram com as demais organizações da sociedade civil envolvidas na construção de um Estado sem exploradores e sem explorados.

Partimos da afirmação de que, ao longo do período em que o stalinismo controlou a Internacional Comunista e, portanto, monitorou a atividade dos PCs, não houve produção de conhecimento, mas de ideologia. Mais ainda, podemos verificar, contemporaneamente, a continuidade desta situação na produção acadêmica "de esquerda". Para ilustrar a crise na produção do conhecimento para a ação transformadora da realidade, vamos analisar um artigo recente de Alain Touraine, conhecido intelectual francês que, num passado recente, já produziu contribuições importantes para os movimentos sociais organizados. E finalizamos tentando refletir sobre a necessidade de recriar as condições para o restabelecimento de um ambiente propício para a produção e reprodução do conhecimento transformador.

### **Dogmas comunistas e produção de conhecimento**

Via de regra, não existe uma profunda reflexão sobre as experiências de poder exercidas pelos trabalhadores nos Estados Operários (degenerados ou burocratizados). Também não há uma discussão aprofundada sobre seus reflexos na organização dos movimentos sociais e sobre as práticas estabelecidas

\* Professor no Departamento de Ciências Humanas da UNISC.

entre os seus militantes e os aliados táticos e estratégicos da sociedade civil. Não houve, por parte da academia, o interesse de explicar o significado histórico do Estado que foi sendo constituído a partir da Revolução de Outubro. A maioria dos autores ignora, literalmente, estas experiências e as relegam ao esquecimento. Na realidade, o significado político, económico e social dos Estados Operários foi transformado em dogma ou mito. Aqueles que ousassem questionar a natureza das relações que foram instituídas estavam opondo, segundo os stalinistas, os seus interesses individuais aos da humanidade. Durante décadas, o direito inalienável à crítica foi rotulado como destrutivo em relação aos propósitos históricos do proletariado e incompatível com a postura dos verdadeiros revolucionários. Muitos intelectuais do mundo académico foram coniventes com a ação devastadora das burocracias partidárias dos PCs. Uma parte dos intelectuais prestou um desserviço à construção de uma nova sociedade, pela sua omissão em relação a todos os crimes bárbaros cometidos pelas direções dos PCs em nome da revolução. Outra parte significativa dos chamados intelectuais de esquerda tornou-se defensora perpétua de todos os atos totalitários da burocracia stalinista.

O muro ruiu e, para muitos, a sua queda produziu a chamada crise da utopia, dos paradigmas e da revisão do marxismo. Na nossa opinião, o muro representava a intolerância e a inversão absurda de valores, pois ele jamais poderia ser concebido por aqueles que se auto-denominavam representantes históricos dos trabalhadores. O muro era um dos símbolos do mundo da mentira, dos privilégios da casta burocrática e do temor da ação bélica do imperialismo que "obrigava" os governos do Leste à onipresença, espionando permanentemente os trabalhadores de seus respectivos países e estimulando que todos fizessem o mesmo.

Todas as decisões tomadas pela burocracia foram justificadas pela necessidade de defender o socialismo e, diante de todas estas atrocidades, reinou o mais absurdo silêncio, o mais criminoso silêncio do mundo académico. Os mesmos intelectuais que afiançaram os atos realizados pelos governos burocráticos em nome do povo não se dispuseram a fazer uma análise séria e exaustiva das experiências de gestão burocráticas dos Estados operários e das suas conseqüências para a continuidade da luta dos trabalhadores. Este silêncio denota que, na concepção desses intelectuais, a experiência feita pelos Partidos Comunistas foi a experiência do "socialismo" possível e realizável, do socialismo que se ressentiu da presença do mercado como um componente de auto-regulação da economia.

Na realidade, a persistente negativa de fazer uma análise crítica das experiências realizadas, e dos seus limites, tem produzido uma enorme

dispersão no processo de produção do conhecimento. Recompôr as condições internas e externas dos países onde houve revolução social, com o propósito de apreender a natureza da luta política travada e, principalmente, de detectar os interesses históricos que as diferentes posições representavam, deveria ser o propósito de todas as pessoas verdadeiramente preocupadas com a construção de uma alternativa de sociedade.

Todo o período de luta no interior da Segunda Internacional, contra o seu processo de degenerescência, foi marcado por um intenso e longo processo de produção de conhecimento. Após a morte de Lenin, em 1924, aos poucos as novas relações construídas no interior do Estado Operário foram reagindo aos seus propósitos originais que estabeleciam, como premissa fundamental, a imperiosidade da liberdade de crítica e do controle público das atividades do Estado. Na realidade, o poder da burocracia do partido único se apressa em deformar as relações em nome da garantia das conquistas da revolução.

Foram anos de calúnias contra militantes que buscavam compatibilizar as conquistas da revolução com a democracia dos conselhos que foram paulatinamente sugadas pelo partido. Foram inúmeros os assassinatos, feitos a mando da maioria do partido, daqueles que reagiam às suas orientações. O exemplo mais cristalino de controle burocrático e totalitário do Estado foi a coletivização forçada das terras, deixando centenas de milhares de vítimas. A Internacional Comunista (IC) deixou de produzir o conhecimento da realidade concreta dos diferentes países, visando a transformação das relações do mundo capitalista, e passou a produzir a ideologia da falsa consciência, uma percepção da realidade que dava vazão não mais aos interesses históricos do proletariado, mas aos da burocracia que passou a preservar e difundir seus privilégios.

É inegável que as relações sociais tornaram-se mais complexas na sociedade atual, e que é necessário elaborar análises consistentes sobre a nova situação. Mas é igualmente verdade que o capitalismo aprimora seus mecanismos de exclusão durante o período em que os Partidos Comunistas difundem uma retórica dogmática e, ao mesmo tempo, desenvolvem uma prática de sustentação do Estado burguês e dos privilégios das burocracias nos Estados Operários.

Qual o balanço que pode ser realizado desta experiência em nome da continuidade da luta política pela mudança radical da sociedade? Pensamos que estas questões deveriam fazer parte das reflexões de todos os partidos e organizações preocupados com as transformações sociais.

Para que não sejamos acusados da mesma omissão, continuaremos a colocar alguns elementos para a elaboração do inventário das práticas stalinistas. Durante este longo período de permanência da burocracia no poder, o que foi realmente solucionado no que diz respeito às relações do homem com a

natureza e no que diz respeito às relações dos homens entre si? Quanto ao primeiro item, muito pouco ou quase nada do que foi feito pode ser considerado como conquista, como legado da humanidade. Na verdade a exclusão da maioria da sociedade do processo decisório retirou do Estado Operário a sua capacidade de orientar os seus atos visando ao verdadeiro bem comum. Quanto ao segundo, as relações entre os homens, as práticas burocráticas não só mutilaram os trabalhadores mais conscientes do mundo como inauguraram o método da mentira, da calúnia, da difamação que facilmente descartava os militantes, inibindo sua participação. Este tipo de concepção de que os fins justificam os meios está presente ainda hoje na luta política e permite que interlocutores do mesmo campo político sejam facilmente desqualificados. Atualmente, ocorre uma disputa antropofágica entre os militantes, que tem devorado um grande número de “companheiros”. Esta afirmação implica em constatar que é necessário uma profunda inflexão sobre a complexa realidade, para recriar condições políticas que nos permitam colocar na ordem do dia a busca de alternativas de poder, condições que possibilitem a conjunção dos esforços do conjunto da classe trabalhadora, dos diferentes países.

#### A vida para poucos

É necessário discutirmos alguns elementos conjunturais e estruturais que marcam a principalidade do capitalismo no último período. No vácuo de uma oposição real, o capitalismo foi resistindo como regime social excludente e, mais do que isto, foi disseminado, no conjunto das organizações da sociedade, que o lema da Revolução Francesa de igualdade, fraternidade e liberdade, mesmo a partir da conotação específica que lhe foi atribuída pela burguesia, não tem mais significado. Na realidade, estamos diante de uma situação que recupera o princípio de que os homens nascem diferentes e permanecem diferentes entre si, pois as transformações no processo produtivo tiram-lhes a possibilidade de poderem ser explorados para sobreviver. O capitalismo afirma a diferença, pois um contingente cada vez maior de pessoas já nasce sem direito à vida. Esta “naturalidade” para aceitar e difundir a violência social, como um componente indissociável da vida moderna, avaliza a exclusão. Afinal agora é o estado permanente de guerra de todos contra todos na busca de condições de sobrevivência. Este estado de coisas, que não renova historicamente o seu significado e aprofunda a exclusão social, tem ficado ausente das explicações da realidade social: barbárie.

Em artigo publicado na pág. 3 do caderno *Mais*, suplemento do jornal

FSP de 04 de maio de 1997, com o título de “Uma resposta social aos pessimistas”, Alain Touraine tem como ponto de partida a formulação de uma pergunta elaborada em oposição à visão que o autor considera pessimista: “Ou será que podemos, desde já, realizar as reformas e estabelecer um certo controle político e social da atividade econômica?”. Após sugerir que existem evidências, numa série de países e inclusive nos países considerados industrializados, de que continua imperando o reino da injustiça, o autor nos fornece elementos para afirmarmos que ele acha possível “...estabelecer um certo controle político e social da atividade econômica.” Para Touraine, estamos diante de uma profunda transformação da sociedade popularizada como globalização, mas que ele define como a “segunda revolução capitalista”. Após arrolar uma série de obstáculos de toda ordem que dificultam e, às vezes, inviabilizam a reação dos explorados e excluídos à ação avassaladora do capital, Alain Touraine, recupera o fôlego e sua coerência com o enunciado inicial ao afirmar que “Ainda que não se acredite na possibilidade de uma sociedade liberal, ou seja, de uma auto-regulação dos mercados, será que se deve concluir, de modo pessimista, que a transição liberal irá durar ao menos 50 anos e que, durante esse período, nada se poderá fazer melhor senão buscar soluções pessoais, retirar-se do jogo ou, então, lançar vitupérios contra uma situação social que não é capaz de ser transformada?”. Mais uma vez o autor revela sua habilidade de formular, sem ambigüidades, uma interlocução contagiada pela certeza. Esta postura pessimista de criar obstáculos para que a transição se proceda, entenda-se reforma do Estado, na sua acepção, produziu “obras intelectuais e artísticas importantes, não é sustentável, em primeiro lugar, porque não descreve a realidade de maneira justa.” Para Touraine, a postura pessimista, na realidade, não é um comportamento solidário para com os excluídos, mas uma reação das categorias profissionais que ostentam privilégios, que fazem parte da máquina estatal. A resistência do denominado corporativismo ao fim das suas regalias “...acaba por aumentar a distância entre os que têm e os que não têm.” Nesta medida, estes grupos corporativistas estatais reagem, segundo o autor, não em decorrência de uma oposição radical às transformações econômicas, mas aos seus solitários e egoísticos privilégios.

Por mais contraditório que possa parecer, Alain Touraine faz uma distinção entre a atividade intervencionista do Estado e o Estado de bem-estar social, este último “...digno de ser preservado, e mesmo reforçado, onde já existe.” É contra a ação intervencionista e, supomos paternalista do Estado, que ele se rebela. Mas é obrigado a reconhecer que existem movimentos de reação “...aos resultados mais negativos do neoliberalismo”. Estes, na sua opinião, são os elementos novos da conjuntura e colocam a possibilidade de

uma intervenção qualitativamente diferente na realidade social, já que estes movimentos contra os efeitos negativos do neoliberalismo (ele usa como exemplo a reação à flexibilização da jornada de trabalho), constituem-se numa nova forma de organização e que acontecem à revelia das organizações sindicais e políticas dos trabalhadores. Depois de uma incessante busca da coerência nos exemplos que marcam a investida dos trabalhadores contra a exclusão social, o autor conclui seu artigo afirmando que, apesar da precariedade das evidências que sinalizam para a existência de movimentos sociais com características distintas dos atuais, cabe a eles o propósito de "...estabelecer um certo controle político e social da atividade econômica." No último parágrafo do texto, diz que espera que o atual presidente do Brasil desenvolva "... uma ação voltada a sedimentar a integração nacional e, portanto, a cidadania real de todos." A análise feita acima é expressão da extensão da crise dos paradigmas. Permanentemente os intelectuais adestistas apresentam o seu mundo imaginário, o seu universo de interesses como se fosse o real e, segundo as suas concepções, é uma realidade sem alternativas. A rigor, a partir da década de 1920, as burocracias dos PCs, que usurparam o poder político dos trabalhadores, criaram as chamadas zonas de silêncio. A origem histórica das dificuldades da conjunção das forças sociais, em oposição ao capitalismo decorrem da fragmentação das expectativas. Existe uma profunda desorientação política e uma dificuldade real de resistir ao apelo feito freqüentemente pelos interlocutores das classes dominantes aos movimentos sociais, que a barbárie é uma contingência inevitável da modernização. Infelizmente, as experiências de poder feitas pelos PCs, em nome dos trabalhadores, produziram o inventário dos herdeiros sem herança. Analisar as conseqüências da gestão burocrática dos Estados Operários e realizar uma avaliação sobre as práticas adotadas pela direção da IC para cercear as discussões políticas, significaria recriar as condições para restabelecer o ambiente propício para a produção e reprodução do conhecimento transformador.

A ausência de uma alternativa de poder dos oprimidos nos obriga a recuperar a utopia como o fundamento da vida social. Este processo só vai se viabilizar quando nós recuperarmos as práticas políticas que marcaram a formação do movimento operário, e que afirmam o princípio do respeito mútuo, da solidariedade, do direito inalienável à crítica, da defesa intransigente dos princípios da independência de classe e que se consubstanciam na democracia operária. Somente desta forma faremos jus àqueles que verdadeiramente emprestaram suas vidas para produzir conhecimento para ação transformadora.

## A CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO COM BASE ECOLÓGICA

Marcos Reigota\*

A partir da publicação, nos anos 80, em diferentes línguas, do "Relatório Brundtland", mais conhecido como "Nosso Futuro Comum", a noção de desenvolvimento sustentado aí apresentada tem se tornado usual em vários espaços sociais.

Muito já se escreveu, pró e contra, essa perspectiva de desenvolvimento e também em relação aos limites e possibilidades de sua normatização.

Na comunidade científica, ávida de novidades e conceitos, a noção tem sido adotada como se fosse consensual. A adesão, muitas vezes acrítica e desprovida de fundamentos teóricos sólidos (que deveria caracterizar a atividade científica), tem provocado e difundido muitos equívocos junto à opinião pública.

A noção de desenvolvimento sustentado tem sido o jargão de grupos que se viram confrontados com o esgotamento dos parâmetros modernos de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, seja nos seus fundamentos, quanto nos seus métodos, aplicabilidade e resultados.

No entanto, a difusão da noção de desenvolvimento sustentável, através de livros, artigos, cursos, simpósios etc., não significa necessariamente a adesão em bloco às atividades científicas, mais ecológicas e "responsáveis com as gerações atual e futuras".

São muitos os méritos da noção de desenvolvimento sustentado, embora mais discretos que o do seu predecessor, "ecodesenvolvimento" elaborado por Ignacy Sachs nos anos setenta.

O motivo pelo qual a comunidade científica adotou rapidamente a noção de "desenvolvimento sustentado", ao invés de "ecodesenvolvimento" é uma questão aparentemente simples.

\* Doutor em Pedagogia da Biologia pela Universidade Católica de Louvain. Fez pós-doutorados no Laboratório de Didática e Epistemologia das Ciências na Universidade de Genebra e no Departamento de Psicologia Social da Escola de Economia e Ciências Políticas de Londres. Autor dos livros *O que é educação ambiental* (Ed. Brasiliense) e *Meio Ambiente e Representação Social* (Ed. Cortez).